

A IMPORTÂNCIA DOS CENSOS PARA O PLANEJAMENTO POLÍTICO ECONÔMICO E TERRITORIAL

THE CENSUS IMPORTANCE FOR POLITICAL AND ECONOMIC PLANNING TERRITORIAL

João Paulo Gomes de Vasconcelos Aragão¹

¹Especializando em Gestão Ambiental da Universidade de Pernambuco, graduado em Geografia pela FFPNM/UPE e coordenador do IBGE no censo demográfico de 2010. E-MAIL: jp-aragao@bol.com.br / joapaulo@hotmial.com

Artigo recebido em 04/01/2010 e aceito em 28/11/2010

RESUMO

Conforme o professor Nivaldo Júnior, em análise da obra maquiaveliana, O Príncipe, “a conquista e anexação de um novo espaço de poder prenunciam problemas para sua manutenção.” Este, durante muito tempo, foi um dos principais desafios dos Estados modernos que, ao se defrontarem com a barreira do desconhecido, viam-se sob o dever de desbravar horizontes em busca de informações que permitissem uma administração mais eficiente e coerente com a realidade. Neste contexto, coube-se aqui, a missão de construir uma breve discussão sobre a importância que os censos têm gerado, ao longo da História, para o planejamento político, econômico e territorial, especialmente, no Brasil. Cabe ainda ressaltar, que esta iniciativa é fruto da realização do I Seminário do Curso de Economia da UFPE/CAA que, muito mais em apresentar a importância que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) possui para o planejamento do Brasil, têm possibilitado também o ressurgimento de interatividades entre ramos do saber, tais como a Geografia e a Economia, as quais antes se faziam às sombras e, hoje, pelos esforços vigentes, se prestam à luz de todas as plataformas de reflexão. Para tanto, exigiu-se da autoria desta unidade por em prática a sistematização das experiências à frente da coordenação dos trabalhos censitários em voga pelo IBGE no ano de 2010, como igualmente, a pesquisa e análise em gabinete de referenciais norteadores para a fundamentação teórica deste esforço científico.

Palavras-chave: Censos; Planejamento; Território

ABSTRACT

According to Professor Nivaldo in Junior doctor maquiaveliana, Prince, "the conquest and attaching a new space can warn of problems for your upkeep." This was one of the main challenges of modern States that the tasks the barrier of the unknown, saw themselves under a duty to unleash horizons in search of information that would enable an administration more efficient and consistent with reality. In this context, it was here, the Mission of building a brief discussion of the importance that the census have generated throughout history for planning political, economic and territorial cohesion, especially in Brazil. It is also noteworthy that this initiative is the result of the completion of the course I seminar in economics from UFPE/CAA that, much more on presenting the importance that the IBGE (Brazilian Institute of geography and statistics) has for the planning of Brazil, have made possible also the resurgence of interactivity between branches of knowledge, such as geography and Economy, which before were on shadows and, today, existing efforts, whether they provide the light for all platforms of reflection. For both, demanded the authorship of this unit to implement the systematization of experiences ahead of coordination of work by IBGE census in vogue in the year 2010, as also the research and analysis in referential enclosure for guiding fundamentation this scientific effort.

Key words: Census; Planning; Territory.

INTRODUÇÃO

O termo “Planejamento” nos remete a uma reflexão pautada em sua essência para a espécie humana. Para Baffi (2002), o planejamento seria uma “*ação que faz parte da História do Homem*”. Isto é, seria este um meio encontrado pelo ser humano, que sempre buscou realizar seus desejos, e saciar suas próprias necessidades.

Complementando esta visão, Padilha (2001, p. 11) apresenta um parecer semelhante quando define o planejar como “*processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, entre outras atividades humanas.*” Semelhantemente, Gandin (1994) é precisa ao atestar a utilidade do planejamento para o alcance de um ideal por meio da intervencionalidade sobre a realidade.

Em suma, se observa que a prática do planejamento está presente nas mais variadas esferas, tanto para o administrador, como para o Pai de família, tanto para o professor, como para o gerente de compras do departamento executivo de uma empresa de calçados. Sendo assim, é preciso refletir-se sobre de que tipo de planejamento se pensa. Nesta situação, o que nos parece lógico é também preciso, afinal, a idéia deste trabalho é discutir não só o planejamento, mas sim, sua instrumentalização, isto é, seu vínculo com as políticas econômicas e suas respectivas aplicabilidades no território.

A respeito deste é preciso deixar claro de que maneira pensar-se-á no território. Desta unidade precisam ser retiradas todas as formas de empirismos existentes posto que sua existência não se dará apenas pela disposição das características naturais anexadas ao próprio. Sendo mais claro, sua gênese estará ligada às relações de poder que o definem enquanto espaço político, espaço utilizado, pois logo, passível de controle e liderança. Souza (2007 p.78-79) esclarece o sentido do conceito em tela:

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área (...) o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina e influencia e como domina e influencia este espaço?

Sendo assim, atendendo um relativo naturalismo histórico, seria de fácil escolha estabelecer vínculos entre o planejamento territorial e o Estado. No entanto, conceber o

planejamento político, econômico e territorial como algo de simples relação com o Estado não é algo mais tão simples, sobretudo, em tempos globalizantes. Hoje e, nomeadamente hoje, o planejamento da política econômica e também dos territórios têm sido uma ferramenta de aplicabilidade presente no meio privado. Empresas das mais variadas tipologias e nos mais diversos territórios se vêm comumente encravadas sobre uma base que exige delas mesmas a projeção com as características das particularidades, espaciais da localidade, econômicas da atividade e políticas da própria empresa.

Apesar desta característica globalizante, constitui-se em objeto deste esforço a importância que atividades como os Censos possuem, especialmente, para o planejamento político, econômico e territorial governamental. Sendo assim, mas sem querer gerar visões extremistas, voltar-se-ia à idéia clássica e atualíssima de um planejamento enquanto atividade fundamental a um governo.

A este governo caberia, portanto, não só o papel da execução, mas também da representatividade civil. Para Júnior (2008), em interpretação de “O príncipe” de Maquiavel, o governo seria “*aquele que conquistou, de alguma forma, autoridade legítima de outros seres humanos*”, sendo por isso, administrador, além de um território, de um povo.

A MATÉRIA PRIMA DO BOM GOVERNANTE É, ANTES DO DINHEIRO, A INFORMAÇÃO

Sem grandes intervalos é possível afirmar que a matéria prima para o bom governante é a informação. Sabe-se bem que o governo de um povo com seu respectivo território passa de modo marcante pelo conhecimento de sua realidade. Desta maneira, para qualquer planejamento que se pense, “conhecer” é base imprescindível.

No caso brasileiro em específico, a existência de um vasto território, de embates políticos e de um desejo incontrolável de país recém independente de crescer economicamente, fazem da informação, matéria prima de inteira importância para o governo do início do século XIX. Já nesta época, o então instituído Senado Imperial e a Câmara dos Deputados, exigiam do executivo a criação de ferramentas que possibilitassem o levantamento de informações básicas como a quantidade efetiva da população, o número de hospitais, a agricultura em consumo, o estado da mineração do ouro, a quantidade de estabelecimentos literários, entre outros.

É neste período que começam os murmúrios sobre o que mais à frente se tornaria o plano de desenvolvimento do primeiro censo brasileiro. Apesar disto, a história apresenta um

caminho bem mais longo trilhado pelos censos na humanidade. Senra (2009, p.30) destaca que *“desde os tempos antigos, os governos faziam censos, antes mesmo do início da cristandade, cujo grande instante fundador, o nascimento do esperado messias, se deu em meio a uma operação censitária”*.

Ressalta-se, porém, que a esta época os censos ainda não eram voltados à administração, e sim, para fins militares. Sobre isso Senra (2009, p.30) também afirma que *“já ao tempo dos Estados Nacionais é que os censos se voltaram à administração, assumindo com o liberalismo, um direcionamento, não apenas territorial, como também, à população, operando reformas de ordem sanitária e urbanística”*.

Tal como indica a História, no Brasil também era de interesse dos governantes aplicar tais informações na mudança da realidade do país. Sobre a escassez das mesmas, os próprios, conforme Senra (2009), já se questionavam em como mudar um país sem de fato conhecê-lo. Parecia impossível e de fato o era.

Contudo, vinte anos após as primeiras reuniões do Senado Imperial em 1826, é criado no Brasil, em 1846, o primeiro regulamento que, além de oficializar os censos como atividade de levantamento de informações, estabelece sua periodicidade para cada 8 anos. Quatro anos mais tarde uma nova base legislativa é formulada direcionando ao governo a obrigatoriedade na prestação de recursos para realização das operações censitárias, divulgando ainda o ano para a realização do primeiro censo do Brasil: 1952.

Apesar de toda euforia existente em prol do que seria o primeiro censo, este se vê impossibilitado de acontecer. Um revolta da população que acreditava que o governo, em virtude do fim do tráfico negreiro e da necessidade por mão de obra, utilizaria estas informações para escravizar os homens pobres livres e reescravizar os negros libertos, faz com que um movimento de recusa se estabilize impedindo a realização do censo. Frustração e amargura perfazem os planos de então.

Depois desse episódio, apenas no ano de 1870 que a formulação de um novo regulamento, aumentando a periodicidade dos censos para cada dez anos, reacende a possibilidade da execução da primeira grande operação censitária no país. De modo inédito, no ano de 1872 é realizado o primeiro recenseamento do Império do Brasil.

TRAJETÓRIAS CENSITÁRIAS: DE 1872 AO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

A importância que as informações levantadas pelos censos passaram a exercer no Brasil pode ser refletida pela discursiva de Celso Furtado em sua obra *“Formação Econômica do*

Brasil”, onde, em um de seus capítulos, o mesmo retrata com maestria como as informações levantadas teriam grande relevância para o planejamento do país.

A partir de uma das muitas estatísticas averiguadas, Furtado (2008) revela como o número de escravos no Brasil, cerca de 1,5 milhões em 1872, era o suficiente para refletir-se tanto sobre as condições de vida desta população como sobre a disponibilidade de mão de obra no país.

A nível de comparação, no início do século XIX, Brasil e Estados Unidos possuíam quase a mesma quantidade de escravos. Ao longo deste mesmo século o Brasil ainda receberia em meados do centenário mais meio milhão de escravos. Apesar disto, no ano de 1872 a população negra no Brasil apresentava um número tão inexpressivo, principalmente, se comparada à população negra norte americana que no mesmo período já ultrapassava os 3 milhões.

Políticas de procriação escrava nos Estados Unidos a parte¹, o fato é que as condições de vida as quais eram submetidos os negros escravos no Brasil eram as piores possíveis. Os índices de mortalidade expressivos e ainda o negativo crescimento vegetativo apresentado eram provas concretas de que esta população precisava não unicamente de liberdade, como também, de cuidados humanos básicos.

Por outro lado, este mesmo parâmetro estatístico permitia a reflexão sobre a disposição de mão de obra para as novas atividades as quais se pretendiam implantar no país, dentre elas, uma economia cafeeira ainda em fase de gestação. Para os governantes do período, conforme Furtado (2008), a existência de uma mão de obra escrava tal como se apresentava não era propícia para atender a elasticidade exigida pelo insurgente sistema de produção. Por isto mesmo, se passaria a pensar na possibilidade de utilização do expansivo setor da subsistência que desde a colônia se expandia do extremo norte do maranhão ao extremo sul do Rio Grande. Mesmo com toda euforia, as insuficiências técnicas e as barreiras econômicas e sócio-políticas impediriam a concretização desta proposta.

No que tange ao nível técnico, a rigidez disciplinar decretada para o trabalho nas grandes lavouras parecia por demais difícil aos “caboclos” da subsistência que se permeavam em um sistema de produção, para não dizer sobrevivência, em que o uso das técnicas resumia-se ao corte de árvores e à queima dos tocos restantes. No que condiz à economia, a existência de uma unidade econômica, neste caso “a roça”, que se baseava em motor de uma

¹ Em seu livro “A formação econômica do Brasil”, Celso Furtado apresenta uma hipótese negada por muitos estudiosos norte-americanos: a de que, além das relativas condições de vida fornecidas por seus respectivos donos nos Estados Unidos durante a existência da escravatura neste país, políticas de procriação teriam sido criadas afim de alimentar o sistema escravista da época.

condição para a sobrevivência daqueles que em troca prestavam seus serviços a qualquer momento que necessitassem os proprietários de terra, testemunhava sua total servilidade a uma unidade muito mais forte a qual constituía a própria propriedade da terra, resultante ainda da divisão territorial das sesmarias, a qual cabia ao proprietário sua administração financeira e política.

É diante deste fato que, pela inadequação técnica e, acima de tudo, pela falta de colaboração política dos grandes proprietários, opta-se pela reestruturação definitiva de uma economia de trabalho, antes escrava, e em diante assalariada: dão-se voz às políticas de emigração estrangeira, sobretudo, asiática e europeia.

De certo, o recenseamento do Império do Brasil abriria portas para muitas outras políticas, pois suas informações não apenas buscavam a representação da realidade, mas como já fora apontado, buscava também o saciamento de um desejo a muito guardado pelos governantes brasileiros. Em sequência, seriam realizados em 1890, em 1900 e em 1920, novas operações censitárias. Em 1910, a não realização do censo representaria não apenas uma desordem financeira, mas especialmente administrativa. Em 1938, cria-se aquele que passaria a ser o responsável legal pelo levantamento das informações de cunho estatístico em todo o país: o IBGE. A criação desta instituição configura também a formação de um modelo de levantamento estatístico modernizado incluindo em suas pesquisas questões inerentes à sociedade e à economia como mão de obra, emprego, desemprego, nível de escolaridade e imigração.

Com o passar do século XX, a necessidade por maiores e precisos resultados elevam o IBGE a uma posição de articulador social dos censos, principalmente a partir da década de 1990, quando passa a trabalhar os contatos com empresas de diversas naturezas econômicas, órgãos de consultoria em pesquisas econômicas e sociais, estados e municípios.

Como exemplo deste contínuo esforço, o XII censo demográfico do país realizado em 2010, apresenta-se como uma ação voltada para o fim de retratar com informações a realidade brasileira, revelando como somos, quanto somos e onde vivemos. Em clássica explicação, pretende o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, uma ponte para o planejamento político econômico e territorial, permitir a governantes e empresas do setor privado a implementação de políticas e a criação de investimentos para as diversas regiões do país e áreas da sociedade brasileira.

Modelos destas políticas de ação direta sobre o território e cuja origem data do arrolamento das informações censitárias, podem ser citadas como: a identificação de áreas de investimento prioritários à saúde; o planejamento de programas de saúde para idosos e

crianças; as políticas públicas de transporte urbano; as políticas de coleta de lixo (Figura 1); o fornecimento de padrões de pesquisa de mercado; as definições para a distribuição de verbas federais entre estados e municípios; a criação de programas com isso de tecnologias (Figura 2); escolha de locais para implantação de atividades de turismo e lazer; identificação de áreas para investimentos em habitação, energia e saneamento básico, determinação da representatividade política; etc. Todas estas voltadas à própria população, alvo maior da aplicabilidade política e econômica dos censos.



Figura 1 – Sistema de coleta de lixo em Limoeiro/PE. Foto: João Paulo Aragão. 2010 – 2009.



Figura 2 – Rede de Bombeamento de água em Neópolis/SE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instrumentalização dos censos em prol do planejamento político, econômico e territorial reflete uma necessidade básica para todo administrador que pretende cumprir com êxito a sua missão de comandar. Possuir recursos e ter força política poderão ser muito importantes, porém, se o conhecimento sobre as irregularidades e desníveis da sociedade não existir, de nada será a eficiência deste planejamento que, cedo ou tarde, cairá na destreza do insucesso político e das contradições econômicas de seu território.

Então, em conformidade com os ideais de justiça social, eficiência econômica e sustentabilidade dos recursos naturais, acredita-se na importância que os censos oferecem enquanto ferramentas administrativas para o planejamento de um país sendo, de fundamental necessidade, sua aplicabilidade em razão do desenvolvimento social e da integralidade territorial.

REFERÊNCIAS

BAFFI, M. A. T. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In: BELLO, J. L. de P. **Pedagogia em foco**. Petrópolis. 2002. Disponível em: <HTTP://www.pedagogiaemfoco.pro.br/faundam02.htm>. acesso em 11/09/10

IBGE. **O censo já começou**. Receba bem o recenseador e responda corretamente às perguntas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Folheto explicativo do censo demográfico 2010.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 2008.

GANDIN, D. A. **A prática do planejamento participativo**. 2 ed. Petrópolis. Editora Vozes. 1994.

<HTTP://www.censo2010.ibge.gov.br>, consultado em 15 de set. 2010.

<HTTP://www.ibge.gov.br/história> dos censos, consultado em 13, 14 e 15 de set. 2010.

JÚNIOR, J. N. **Lições ao Príncipe**. In: MAQUIAVEL. *O Príncipe*. 6ª edição. São Paulo. Martin Claret. 2008.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. 6ª edição. São Paulo. Martin Claret. 2008.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo. Cortez editora. 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 14ª edição. São Paulo. Record. 2007.

SENRA, N. **Uma Breve História das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)**. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 10ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2007.
